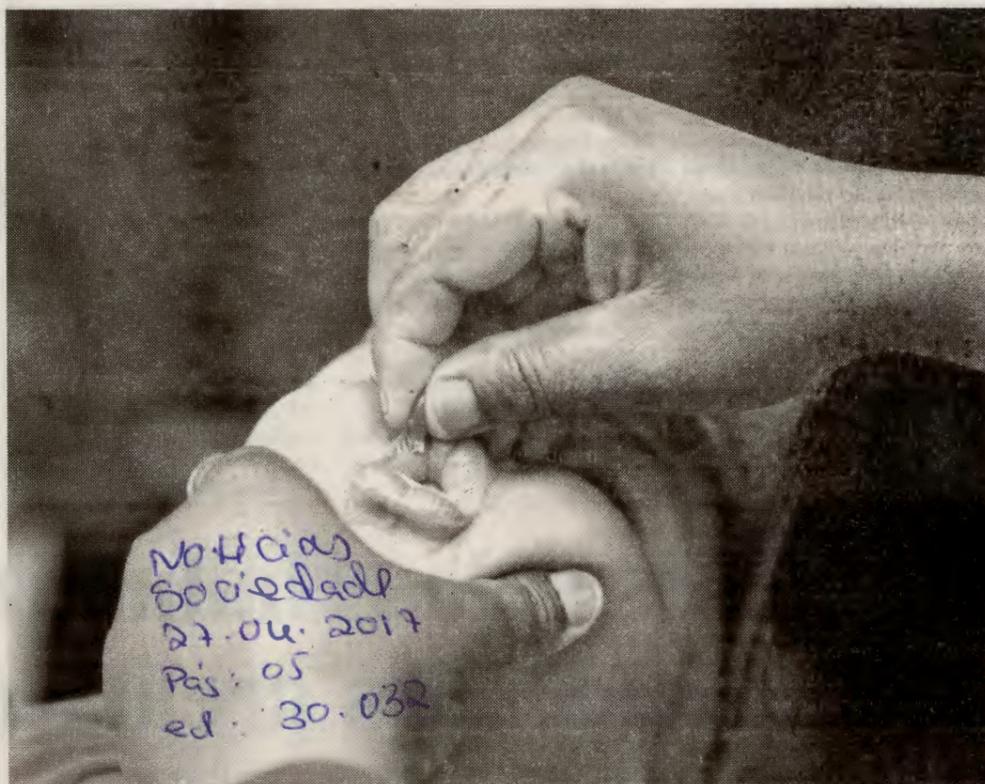


MATERNO-INFANTIL

Reino Unido apoia redução da mortalidade



Sector da Saúde privilegiado na relação com o Reino Unido

O DEPARTAMENTO britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) reconfirmou, segunda-feira, em Maputo, o apoio do governo britânico para a saúde materno-infantil e reprodutiva em Moçambique.

A acção enquadra-se no âmbito do Caso de Investimento para a Saúde da Mulher e Criança, um documento estratégico desenvolvido pelo Ministério da Saúde (MISAU) e parceiros que prioriza intervenções visando baixar as taxas de mortalidade materno-infantil e as gravidezes precoces.

Falando na reunião anual de revisão conjunta entre os parceiros do sector da Saúde e o MISAU, Cate Turton, directora do DFID em Moçambique, reconheceu que mulheres e crianças ainda enfrentam grandes riscos de saúde, especialmente no que toca à saúde materno-infantil.

"Moçambique conheceu avanços significativos nos últimos anos, mas ainda existem desafios. As taxas de mortalidade materno-infantil continuam altas, como o são as gravidezes precoces. Apesar do aumento do uso de contraceptivos nas zonas urbanas, regista-se um baixo uso e até redução em algumas partes do país".

Referindo-se aos objectivos e metas que se pretendem atingir relativamente à saúde da mulher e criança, Cate Turton disse acreditar que as mulheres devem poder ter partos seguros, com acesso a cuidados de saúde de qualidade.

"Mulheres e raparigas devem poder decidir quando e quantos filhos querem ter, e as crianças devem crescer bem nutridas e livres de doenças", acrescentou.

Para o governo britânico, a

resposta às necessidades da saúde materno-infantil e reprodutiva exige uma abordagem não vertical, mas uma coordenação de diferentes actores e componentes que signifiquem também o apoio ao MISAU na melhoria dos seus sistemas de gestão e garantia de mais recursos internos para o sector.

O apoio britânico destina-se, de entre outros fins, à formação de mais de 320 profissionais de saúde materno-infantil; provisão de serviços de planeamento familiar para mais 73 mil beneficiários; instalação de serviços de água e saneamento em 100 unidades de cuidados de saúde primários; formação de mais 1200 agentes polivalentes elementares (APEs), nas comunidades; e revisão da política nacional de saúde tendo em vista promover reformas no sector.